



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2024016362 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - EXPEDIENTE DO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ESPERANÇA, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DE JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA, PELA PERÍCIA REALIZADA NO PROCESSO Nº 0801118-53.2023.8.15.0171, MOVIDO POR MARIA GORETH FERNANDES, EM FACE DE FABIANO FERNANDES DA SILVA.

Data da Autuação: 07/02/2024

Parte: 1ª Vara Mista / Esperança e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411535

Nome original: Ofício (Outros) (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:39:30

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: requisição de pagamento da perícia - processo nº. 0801118-53.2023.8.15.0171



Número: 0801118-53.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **19/06/2023**  
Valor da causa: **R\$ 500,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA GORETH FERNANDES (REQUERENTE)		CARLOS GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
FABIANO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85043899	02/02/2024 12:18	<a href="#">Oficio (Outros)</a>	Oficio (Outros)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) **JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA** aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **MARIA GORETH FERNANDES** é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme decisão em id.74942034.

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0801118-53.2023.8.15.0171

1.1.2 Natureza da ação: Interdição

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 1ª Vara da Comarca de Esperança-PB

4 Autor (es): **MARIA GORETH FERNANDES** CPF/CNPJ: 602.893.504-25

1.5.1 Réu (s): **FABIANO FERNANDES DA SILVA** CPF/CNPJ: 091.216.604-50



1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( x ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários:    (    ) Adiantamento            ( x ) Finais

**1.1.8 Valor arbitrado: R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos)**

## 1.2. DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA

1.3.2 Endereço: RUA FRANCISCO BRANDÃO, 465, MANAIRA, JOÃO PESSOA-PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 9 9999-1928

1.2.4 CPF: 053.412.314-73

1.2.5. Banco: BANCO BRASIL 1.2.6. Agência: 1127-4 1.2.7 Conta corrente 8.971-0

1.2.8 Inscrição INSS: ou Inscrição PIS/PASEP: 1903968770-9

1.2.9 Inscrição no Conselho Competente: CRM-PB 7141 RQE-PB 4673

**1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:**

### 1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

### 1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

### 1.3.3. Laudo Pericial



ESPERANÇA-PB, em 01 de Fevereiro de 2024.

---

Kelly Leite Agra  
Servidor Responsável  
Matrícula Nº. 4784952

---

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas  
Juiz (a) de Direito





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411537

Nome original: Decisão (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:39:30

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: requisição de pagamento da perícia - processo nº. 0801118-53.2023.8.15.0171



Número: 0801118-53.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **19/06/2023**  
Valor da causa: **R\$ 500,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA GORETH FERNANDES (REQUERENTE)		CARLOS GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
FABIANO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74942034	19/06/2023 15:45	<a href="#">Decisão</a>	Decisão





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

Processo n. 0801118-53.2023.8.15.0171

DECISÃO:

*Vistos etc.*

Trata-se de ação de interdição e curatela c/c pedido de curatela provisória proposta por **MARIA GORETH FERNANDES** em face de **FABIANO FERNANDES DA SILVA**, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando que seu filho é "*portador de: F70.0 Retardo mental leve – menção de ausência de ou de comprometimento mínimo de comportamento*" e que "*não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, sendo incapaz de reger sua vida Pessoal e seus atos civis*".

**Decido.**

O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 preconiza que "*a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*", podendo ser concedida liminarmente ou após prévia justificação (art. 300, §2º).

Embora a deficiência por si só não resulte automaticamente no reconhecimento da incapacidade civil, isso em virtude das alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), tem-se que, *in casu*, a probabilidade do direito restou devidamente demonstrada, sobretudo porque o laudo de fl. 20 atesta que o Interditando é portador da CID 10 F71.1 e é incapaz de gerir atos da vida civil.



Desse modo, a hipótese em tela amolda-se ao artigo 84, §§ 1º e 3º, da Lei n.º 13.146/2015, o qual autoriza, como medida extraordinária, proporcional às circunstâncias de cada caso e por tempo possível, a curatela.

Ademais, a urgência decorre da necessidade de prover os atos comuns da vida, sobretudo a retirada de medicamentos junto ao SUS, de modo que, embora genérico o argumento quanto ao perigo de dano, este pode ser presumido pelas próprias circunstâncias pessoais do demandado.

Destarte, com fulcro nos dispositivos legais mencionados, **defiro** a tutela de urgência nomeando a autora como curadora provisória do interditando para o fim exclusivo de representação nos atos de conteúdo negocial ou patrimonial, observados os limites expressos no artigo 85, *caput* e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

**Expeça-se** o termo de curatela provisória, com as cautelas legais. **Intime-se** a curadora para, nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil, comparecer ao cartório desta unidade judiciária para assinar o referido termo, o qual será elaborado pela Escrivania, observando as disposições do § 4º, do artigo 84, da Lei n.º 13.146/2015.

Nos termos do artigo 751 do Código de Processo Civil, **designo** audiência de entrevista do interditando **para o dia 07/07/2023**, às 10:45h, a qual será realizada por videoconferência, através do programa ZOOM, e o link para acesso à sala virtual é o seguinte:

<https://us02web.zoom.us/j/2370150306>.

Na hipótese de alguma parte não poder participar por videoconferência, deverá comparecer ao fórum, onde será ouvida com os cuidados necessários e também pela via eletrônica.

**Cite-se** o interditando para comparecer à audiência, advertindo-o de que, após a audiência, terá o **prazo de 15 (quinze) dias** para impugnar o pedido (art. 752, CPC), constituindo advogado e, caso não o faça, consigne-se que ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública como curadora especial (art. 752, §2º, CPC).

**Notifique-se** o Ministério Público (art. 752, § 1º, CPC).

Por fim, **defiro** a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e ss., NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).



**Intime-se** o(a) Requerente através do(a) advogado(a) constituída nos autos.

Cumpra-se, com as cautelas legais.

Esperança/PB, 19 de junho de 2023.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

**Juíza de Direito**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411536

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 05/02/2024 21:39:30

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: requisição de pagamento da perícia - processo nº. 0801118-53.2023.8.15.0171



Número: 0801118-53.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **19/06/2023**  
Valor da causa: **R\$ 500,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA GORETH FERNANDES (REQUERENTE)		CARLOS GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
FABIANO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85042503	01/02/2024 09:21	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
FÓRUM DR. SAMUEL DUARTE**

**EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE  
ESPERANÇA-PB**

**LAUDO MÉDICO-PERICIAL**

**Data da Entrevista:** 14/08/2023

**Processo nº:** 0801118-53.2023.8.15.0171

**Motivo:** Avaliação sobre Interdição

**Determinação:** Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Esperança

**Periciando:** Fabiano Fernandes da Silva

**Acompanhante:** Maria Goreth Fernandes (Mãe)

**Perito Médico Psiquiatra:** Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega

**1 - IDENTIFICAÇÃO:**

Periciando, 45 anos, natural e procedente de Montadas-PB, analfabeto, solteiro, católico.

**2 - MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO EXAME:**

Elaboração de laudo de avaliação sobre interdição cível por solicitação da Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas.

O exame foi realizado no Fórum Dr Samuel Duarte, em Esperança-PB.

Foram realizadas entrevistas com o periciando e com sua mãe (Maria Goreth Fernandes).

**3 - HISTÓRIA MÉDICA (Obtida em entrevista médica realizada em 14/08/2023 com periciando e com sua mãe):**

Mãe do periciando informa que, desde as fases iniciais de seu desenvolvimento, ele tem importante dificuldade em aprendizagem, em desenvolver o raciocínio, em planejamento de ações e em encontrar soluções para situações adversas, próprias para sua faixa etária e contexto sociocultural. Relata que ele precisa de seu auxílio para as mais diversas necessidades do cotidiano. Nega que ele prepare refeições ou que se envolva em outros afazeres domésticos, satisfatoriamente. Refere que há necessidade de apoio até mesmo banho e fiscalização sobre realização de higiene bucal e para escolha de roupas para ele



vestir. Nega que ele já tenha trabalhado. Diz que ele não tem amigos, e que pouco conversa com as pessoas. Nega histórico de maior alteração em comportamento, a exemplo de agitação psicomotora ou agressividade. Nega histórico de internação psiquiátrica. Nega tabagismo, etilismo ou uso de substância ilícita. Afirma que ele tem hipertensão arterial sistêmica. Informa também que ele já teve 02 episódios de crise convulsiva. Nega outras comorbidades. Relata que ele faz uso, no momento, de enalapril (10mg/dia), hidroclorotiazida (50mg/dia) e Fenobarbital (100mg/dia).

O periciando nega alucinações. Colabora pouco com a entrevista.

**Exame do estado mental:** Vigil, desorientado no tempo, orientado parcialmente em espaço, atitude pouco colaborativa, afeto inadequado, discurso empobrecido, hipotenaz, com alentecimento psicomotor, sem realizar operações matemáticas básicas.

#### 4 - DIAGNÓSTICO:

O periciando apresenta diagnóstico de Retardo Mental Grave, que é codificado em F72.0 pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).

#### 5 - CONCLUSÃO:

O periciando é incapaz, permanentemente, de gerir, de forma eficiente e responsável, sua pessoa e seus bens. É incapaz, permanentemente, de exercer, de modo eficiente e responsável, atos da vida cível.

#### 6 - RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS PELO JUÍZO:

- A) É o interditando portador de doença física ou mental? **Resposta: Sim, doença mental.**
- B) É o interditando possuidor de anomalia psíquica? **Resposta: Sim.**
- C) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? **Resposta: O periciando apresenta diagnóstico de Retardo Mental Grave, que é codificado em F72.0 pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).**
- D) Em face do quadro clínico apresentado é o interditando capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? **Resposta: Capaz parcialmente de entender fatos e atos da vida civil, e de exprimir sua vontade. É incapaz totalmente de determinar-se.**
- E) É o interditando total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? **Resposta:**



**O interditando é totalmente incapaz de reger sua pessoa e de administrar seus bens, e de praticar os demais atos da vida civil.**

- F) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o interditando, quais são as características dessa doença? **Resposta: Caracteriza-se por deficiência intelectual e adaptativa, observadas desde as fases iniciais do desenvolvimento. Há expressiva dificuldade em aprendizagem, resolução de problemas, desenvolvimento de raciocínio e em planejamento de ações. Isso repercute em realização de autocuidados, em vida ocupacional, nas relações familiares e sociais.**
- G) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? **Resposta: Sim.**
- H) A doença em questão tem prognóstico de cura? **Resposta: Não.**
- I) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? **Resposta: Não se aplica.**

Por ser esta expressão de meu saber e boa-fé, assino o presente.



*Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega*  
Perito Médico Psiquiatra – **CRM-PB 7141 RQE-PB 4673**

19 de novembro de 2023







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411538

Nome original: Termo de Audiência.pdf

Data: 05/02/2024 21:39:30

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: requisição de pagamento da perícia - processo nº. 0801118-53.2023.8.15.0171



Número: 0801118-53.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **19/06/2023**  
Valor da causa: **R\$ 500,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA GORETH FERNANDES (REQUERENTE)		CARLOS GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
FABIANO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75779815	07/07/2023 10:57	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ESPERANÇA**

**1ª VARA**

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram:@esperancacomarca

**Processo: 0801118-53.2023.8.15.0171**

**TERMO DE AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Aos 7 de julho de 2023, nesta cidade de Esperança, Estado da Paraíba, na sala de audiências desta Vara, pelas 10:50h, perante a Dra. PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, MMª Juíza de Direito desta Vara, foi aberta a audiência nos autos da ação acima citada. Feitos os pregões de estilo, verificou-se o seguinte:

**PRESENTES**

**Promotora de Justiça: Dra. Ana Grazielle Araújo Batista de Oliveira**

**Autor(a): MARIA GORETH FERNANDES, acompanhado do advogado Dr. Carlos Guilherme Barbosa dos Santos, OAB/PB 29406**

**Interditando(a): FABIANO FERNANDES DA SILVA**

**RESUMO DOS ACONTECIMENTOS**

**Abertos os trabalhos,** verificou-se a presença das partes acima nominadas no ambiente virtual Zoom. As partes foram esclarecidas e advertidas da sistemática adotada na realização do presente ato por videoconferência antes do início e não manifestaram qualquer oposição. **Após,** passou a entrevistar o(a) interditando(a), acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, conforme gravação disponível no sistema PJE MÍDIA. Cumprido o ritual do art. 752 do CPC, fica o(a) interditando(a) intimado(a) para, no prazo de quinze dias, querendo, apresentar impugnação ao pedido, podendo constituir advogado(a). Escoado o prazo sem qualquer manifestação, fica, desde já, nomeada a Defensora Pública **Dra. Ana Paula Miranda** como Curadora Especial, devendo os autos lhe serem remetidos para os devidos fins. Ademais, **nomeio** como perito o médico psiquiatra Dr. Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CRM/PB 7141, RQE 4673, cadastrado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço profissional na clínica Ativamente, localizada na rua Antônio Rabelo Júnior, 161, Miramar, João Pessoa/PB, telefone (83) 99999-1928. **Fixo os honorários periciais** em R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), nos termos do anexo I do Ato da Presidência n.43/2022, em consonância com a Resolução 09/2017 do Tribunal de Justiça deste estado. O perito deverá responder, além dos quesitos eventualmente apresentados pelas partes, aos seguintes: a) É o interditando portador de doença física ou mental? b) É o interditando possuidor de anomalia psíquica? c) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? d) Em face do quadro clínico apresentado é o interditando capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? e) É o interditando total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? f) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o interditando, quais são as características dessa doença? g) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? h) A doença em questão tem prognóstico de cura? i) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? (Neste quesito, o perito deverá especificar quais as atividades que o



interditando não consegue realizar sem auxílio, ex.: gestão do patrimônio, higiene pessoal, capacidade laboral, cuidados com a casa etc.) **Designo**, desde logo, a realização da perícia para o dia **14/08/2023**, no Tribunal do Júri desta comarca, **às 11:15h**. Presentes intimados em audiência. Com a entrega do laudo pericial, **requisite-se** o pagamento dos honorários periciais ao Tribunal de Justiça, na forma do Ato da Presidência n. 99/2017. Nada mais havendo a tratar, determinou-se o encerramento do presente termo que, depois de lido, segue assinado apenas por esta magistrada, que o digitou, dada a natureza do ato e circunstâncias excepcionais.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

**Juíza de Direito**

**[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]**





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.016.362

Requerente: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Interessado: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega – Perito Médico Psiquiatra

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801118-53.2023.8.15.0171, movida por MARIA GORETH FERNANDES, CPF 602.893.504-25, em face de FABIANO FERNANDES DA SILVA, CPF 091.216.604-50, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 14/16, dos presentes autos.

Consultando o cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, é possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, encontra-se na situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801118-53.2023.8.15.0171, movida por MARIA GORETH FERNANDES, CPF 602.893.504-25, em face de FABIANO FERNANDES DA SILVA, CPF 091.216.604-50, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0801118-53.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**  
Última distribuição : **19/06/2023**  
Valor da causa: **R\$ 500,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA GORETH FERNANDES (REQUERENTE)		CARLOS GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
FABIANO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85378736	08/02/2024 08:18	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.016.362, que autorizou o pagamento de honorários em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

